



# 1.º MAIO

# 25 abril

48.º ANIVERSÁRIO | 2022

## DR FARO E PORTO Os desafios dos novos coordenadores



Bruno Luz e Ana Moreira reafirmam a importância da luta reivindicativa de proximidade.

PÁGINAS 2 E 3

## BOMBEIROS Pela valorização da profissão e dos salários

O STAL está a realizar uma ronda nacional de contactos junto dos trabalhadores deste sector.

PÁGINA 6

## PODER DE COMPRA Vida ainda mais difícil para os trabalhadores



Os trabalhadores da Administração Pública voltam a sofrer em 2022 um agravamento do custo de vida.

PÁGINAS 8 E 9

## DEFENDER ABRIL E MAIO Lutar e conquistar para o País avançar!

Celebrar Abril com a convicção de que é pelo aprofundamento dos seus valores que se alcançará o caminho que floriu em Maio.

PÁGINA 16

BRUNO LUZ E ANA MOREIRA | DIRIGENTES DAS DR DE FARO E DO PORTO

# Novos coordenadores regionais apostam na luta reivindicativa de proximidade

Os dois dirigentes do STAL assumiram, recentemente, novas responsabilidades, e partilham com o “Jornal do STAL” os principais desafios das respectivas funções, nomeadamente o aumento da sindicalização e da mobilização dos trabalhadores, com o reforço da proximidade nos locais de trabalho, bem como a capacidade de resposta aos seus anseios e problemas concretos.



**B**runo Luz e Ana Moreira são, respectivamente, os novos coordenadores das direcções regionais (DR) do STAL de Faro e do Porto. Ao **Jornal do STAL**, os dois dirigentes sublinham a necessidade de reforçar o trabalho de mobilização e de defesa dos direitos dos trabalhadores das duas regiões através da “luta reivindicativa de proximidade”.

“**Todos sabemos o quanto os trabalhadores da Administração Pública – Central e Local – têm sido vítimas da política de direita levada a cabo pelos governos do PS, PSD e CDS, nomeadamente no que diz respeito aos salários e às carreiras e profissões**”, destaca Ana Moreira, acrescentando que “**todos estes elementos são importantes para mobilizar os trabalhadores para lutas sectoriais e convergentes**”.

A coordenadora da DR Porto defende que matérias como “**o SPI, os descontos para a ADSE e o**

**SIADAP têm de constar das reivindicações locais e gerais**”, sendo, por isso, “**mobilizadores da acção reivindicativa do STAL e dos trabalhadores**”.

Bruno Luz, por seu lado, salienta que a nova coordenação da DR Faro “**tem como ambição reforçar a estrutura regional através da sindicalização, melhorar a comunicação dentro e fora da estrutura, contribuir para aumentar a capacidade reivindicativa nos locais de trabalho, com o objectivo de melhorar as condições de trabalho na região**”.

O dirigente realça, ainda, como uma das principais prioridades da DR Faro “**a defesa do trabalho e dos trabalhadores, e do serviço público**”, e que esta “**continua empenhada em denunciar as más condições de trabalho e a precariedade que afecta os trabalhadores desta região**”.

Entre as principais dificuldades sentidas pelas duas direcções

regionais do STAL, ambos os coordenadores são unânimes em apontar a “**baixa sindicalização**”, justificando-a com o receio dos trabalhadores de serem alvo de discriminações por serem sindicalizados. “**Há preconceitos instalados e acções divisionistas que visam enfraquecer, obstaculizar ou mesmo ocultar o papel determinante do STAL e da CGTP-IN na vida dos trabalhadores**”, sublinha Bruno Luz.

## EXPECTATIVAS E EXIGÊNCIAS DOS TRABALHADORES

Relativamente às principais exigências dos trabalhadores em ambas as regiões, Ana Moreira e Bruno Luz também convergem: “**O aumento dos salários, a correcção da Tabela Remuneratória Única, a revogação do SIADAP, a actualização do subsídio de almoço, a valorização de carreiras e profissões, e a**



“**Há preconceitos instalados e acções divisionistas que visam enfraquecer, obstaculizar ou mesmo ocultar o papel determinante do STAL e da CGTP-IN na vida dos trabalhadores**

BRUNO LUZ

**aplicação do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, e a necessária incorporação do risco**”.

SPI, cuja aplicação “**ainda é uma miragem em muitas câmaras, juntas de freguesia e empresas municipais**”, alerta Ana Moreira. E acrescenta: “**A maior parte das autarquias não atribuíram o SPI aos trabalhadores em 2021, estão agora a começar a dar os primeiros passos, e embora haja excepções, são muito poucas**”.

O mesmo problema é sentido pela DR Faro. “**A aplicação do SPI na região está a ser feita de forma discriminatória, com as autarquias a tentarem fugir ao máximo à sua aplicação, e quando se vêem obrigadas a fazê-lo procuram aplicá-lo ao mínimo de trabalhadores possível**”, conta Bruno Luz, frisando que “**existe uma grande discriminação nesta matéria, já que, para uma mesma profissão são atribuídos valores dife-**



guir com a luta para tornar este suplemento mais abrangente, mais favorável e mais justo aos trabalhadores, contemplando também a componente de risco”. (ver pág. 4)

### DESRESPEITO PELOS DIREITOS CONSAGRADOS PELA CONSTITUIÇÃO

O surto pandémico colocou grandes desafios à intervenção do STAL em termos nacionais, que foram ultrapassados através do grande empenho e determinação de dirigentes, delegados e activistas do Sindicato. Dificuldades a que as direcções regionais de Faro e do Porto não foram alheias.

**“A pandemia impôs limitações à liberdade individual e laboral, com a implementação do teletrabalho e dos horários desfasados a tornarem muito mais difícil e exigente a actividade sindical”,** reconhece Bruno Luz, acrescentando que **“houve, da parte de algumas autarquias da região do Algarve, um aproveitamento das normas restritivas para tentar impedir a actividade sindical nos locais de trabalho, em total desrespeito pelos direitos consagrados pela Constituição Portuguesa”**.

E apesar destas dificuldades, o dirigente da DR Faro enfatiza a determinação dos trabalhadores que permitiu alcançar algumas conquistas: **“Em 2021, conseguimos assinar ACEP com as câmaras de Olhão e de Tavira, que representam mais direitos para os trabalhadores, que há muito os exigiam e que lhes eram negados.”**



**“É preciso aumentar os salários, corrigir a Tabela Remuneratória Única, revogar o SIADAP, actualizar o subsídio de almoço, valorizar as carreiras e profissões, aplicar o Suplemento de Penosidade e Insalubridade, com a necessária incorporação do risco**

ANA MOREIRA

Também Ana Moreira aponta o teletrabalho como o elemento que mais dificuldades criou à actividade sindical: **“Em tempos de pandemia houve situações em que tivemos de sindicalizar trabalhadores em casa, e tivemos plenários marcados com a Polícia à porta, para não permitir que se realizassem...”** ■

rentes em concelhos distintos, o que é altamente discriminatório para os trabalhadores”. Contudo, ambos os coordenadores regionais concordam que, **“embora insuficiente, o SPI é uma vitória dos trabalhadores”,** e que **“é necessário posse-**

## Por uma vida digna e um futuro melhor

**C**elebramos os 48 anos da Revolução de Abril com a convicção de que é preciso intensificar a luta pela construção de um País mais desenvolvido, justo e soberano, que valorize o trabalho e os trabalhadores, combatendo a exploração, a precariedade, as desigualdades e as injustiças.

Mas a celebração e a defesa dos valores de Abril, este ano, ficam marcadas pelo forte agravamento do poder de compra, em consequência da subida geral dos preços nos últimos meses – cuja tendência se vai manter – e da estagnação salarial que milhares de trabalhadores da Administração Pública sofreram, e que a actualização salarial de 0,9% para 2022 – após 12 anos de congelamento salarial – é insuficiente para cobrir os 1,3% de inflação registados em 2021.

Importa, por isso, que o novo governo PS assuma como prioridade a inversão da política de baixos salários que, além do impacto que terá na recuperação da economia, é indispensável para a valorização dos seus trabalhadores e para tornar a Administração Pública atractiva para os jovens.

Nesse sentido, os trabalhadores da Administração Pública voltam a mobilizar-se numa acção para entregar a PRC2022 ao actual governo – marcada para 20 de Abril –, exigindo, entre outros, o aumento dos salários, a revisão da TRU, a revogação do SIADAP e a dignificação das carreiras.

O actual quadro político e económico é ainda marcado por diversos e trágicos conflitos, nomeadamente o ataque do exército russo à Ucrânia. O STAL defende que as guerras servem sempre os propósitos de alguém, mas nunca os interesses dos povos e dos trabalhadores. É urgente assegurar o desarmamento geral e a promoção da paz e do bem-estar dos povos. E não podemos permitir que, mais uma vez, agora sob um novo pretexto da guerra ou de outro qualquer argumento que esconda os colossais meios financeiros disponíveis no PRR para a modernização da Administração Pública, se volte a adiar a resolução das justas reivindicações dos seus trabalhadores. Assinalou-se, a 22 de Março, o Dia Mundial da Água, um direito humano que é, também, uma questão de democracia, soberania, desenvolvimento e de protecção da natureza. A ganância e o avanço dos fundos especulativos sobre o negócio da água têm crescido exponencialmente, os monopólios avançam agora sobre o controle das origens da água e das barragens electroprodutoras, especulando sobre os preços da energia. O STAL, assinalando a defesa da gestão pública e democrática da água, saúda a luta das populações que conduziu a decisões dos órgãos para o regresso ao controlo municipal das concessões nos municípios de Fafe, Paredes e Setúbal.

Decorre uma ronda nacional de contactos com os Bombeiros, discutindo e divulgando um Caderno Reivindicativo para o sector, pelo direito a uma carreira valorizada e a um salário digno, e que ponha fim à exploração de quem confunde a disponibilidade permanente com o aumento dos horários de trabalho.

No sector empresarial, a contratação colectiva é essencial para pressionar o aumento geral dos salários e a redução das jornadas de trabalho, para defender direitos e valorizar carreiras. Intensificou-se a luta em muitas empresas municipais, que significaram aumentos salariais; no grupo AdP, pela revisão e aplicação do actual ACT; e na EGF, contra quem recusa o direito constitucional à contratação colectiva.

E tal como no passado, também agora a Luta terá um papel determinante na conquista de mais direitos e na dignificação de quem trabalha e merece uma vida e um futuro melhores. ■

## ACTIVIDADE SINDICAL PERMANENTE E DE PROXIMIDADE

Quanto ao aumento da taxa de sindicalização nas regiões de Faro e do Porto, assim como ao reforço da mobilização dos trabalhadores na defesa dos seus direitos, Ana Moreira e Bruno Luz não hesitam em apontar o caminho. **“Estando presentes nos locais de trabalho e cumprindo com o que se diz aos trabalhadores, no esclarecimento, e dando atenção aos seus problemas”,** refere a coordenadora da DR Porto. Já o coordenador da DR Faro refere que o desafio exige **“uma actividade sindical constante e de proximidade, através de contactos mais estreitos e mais frequentes com**

**os trabalhadores, que possibilitam uma melhor intervenção nos locais de trabalho”**. E em complemento das estratégias locais, adoptadas em função da realidade de cada uma das regiões, ambos os dirigentes reconhecem o **“papel determinante”** que a Direcção Nacional do STAL tem desempenhado no funcionamento do Sindicato: **“Não podemos deixar de valorizar a atitude e o empenho de dirigentes e delegados sindicais que, juntamente com estas novas coordenações, têm feito um excelente trabalho colectivo, que é determinante para o bom funcionamento de todo o Sindicato.”**



# Exigir a aplicação do direito de progressão na categoria

O STAL defende que não pode haver progressões de valor inferior a 28 €, e isto é o mínimo que se exige, ao abrigo da lei, sendo, mesmo assim, um valor extremamente exíguo para quem, durante longos anos, luta por um incentivo remuneratório que melhor dignifique as suas condições de trabalho.

**A** actual estrutura das carreiras é de tal natureza que, na generalidade e na prática, não podem ser como tal identificadas, na medida em que, em regra, integram uma única categoria, o que resulta da regulamentação imposta pela Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e subsequentes diplomas, legislação desde sempre firmemente denunciada e combatida pelo STAL. O direito à evolução profissional resume-se, praticamente, à possibilidade de progressão de um nível remuneratório para outro seguinte, procedimento que apenas é obrigatoriamente exigível por quem detiver 10 pontos, decorrentes das respectivas avaliações de desempenho. A essa tão lamentável redução de direitos alia-se a estrutura da chamada Tabela Remuneratória Única (TRU) que, ignorando a proporcionalidade entre os diversos níveis, absorveu, num único, os valores que se deveriam repartir por quatro, a todos se impondo a remuneração mínima mensal garantida (rmmg)! Isto é, para o Governo, é indiferente que 2, 3 ou 4 sejam superiores a 1, porque a sua capacidade contorcionista iguala, num único algarismo, o n.º 1, aquilo que o vulgar dos mortais supunha ser diferente.

Temos, assim, que desse processo contorcionista resulta que tanto dá que a lei atribua, ou não, aos trabalhadores posições e níveis diferentes, na respectiva categoria, como expressamente determina o Decreto Regulamentar 14/2008, pois, na prática, o salário dos níveis 1 a 4

é precisamente igual! Actua o Governo como se esse diploma não existisse, persistindo em violá-lo!

As injustiças decorrentes de uma TRU obsoleta e caótica reflectem-se no direito de progressão, pervertendo-o de uma maneira lamentável, porquanto há muitos trabalhadores, nomeadamente assistentes operacionais, com longos anos de antiguidade, que progrediram para o nível 4, por exemplo em 2018, mas nele continuam, agora com o Salário Mínimo Nacional (705 €), a par, senão já ultrapassados, ou em vias de o serem, por colegas com menos anos de serviço!

Estando o nível 5 valorizado em apenas mais 4,46 €, ainda há quem entenda que, num quadro desta natureza, uma eventual progressão far-se-á para esse nível e não para o nível 6, este superior em mais 52,01 €, entendendo que já não se trata da primeira progressão e por isso não se aplica o art.º 104, n.º 5, da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

Trata-se de uma interpretação inaceitável, ilegal, absurda e de uma atroz injustiça! Sem nos alongarmos aqui na avaliação dessa norma, o que de facto se impõe é que não haja progressões sem observância de um impulso mínimo de 28 €, valorização que, aliás, o STAL defende que tem de ser igualmente observada nos processos de mobilidade e na progressão de carreiras, cujos salários continuam a ser calculados com base no índice 100, cujo valor, pasme-se, permanece imutável desde 2009! ■



Concentração pelo SPI na CM de Condeixa-a-Nova, em Fevereiro

**APESAR DE SER LEI, HÁ AUTARQUIAS QUE RESISTEM**

## O SPI veio para ficar e é mesmo para aplicar!

O suplemento é um direito dos trabalhadores, mas muitas autarquias ainda não o aplicam ou fazem-no de forma inadequada. Por todo o País, os trabalhadores têm-se mobilizado, para exigir o seu pagamento de acordo com a lei.

**O** Suplemento de Penosidade e Insalubridade (SPI) é uma conquista do STAL e dos trabalhadores, direito pelo qual lutaram mais de 30 anos. Os trabalhadores têm direito ao SPI com retroactivos a 1 de Janeiro de 2021, de acordo com a Lei do Orçamento do Estado (LOE) desse ano; e a partir de Janeiro de 2022, de acordo com o Decreto-Lei 93/2021, de 9 de Novembro, que consagra o seu carácter permanente, efectivo e obrigatório. Porém, muitas são ainda as autarquias que continuam a sonegar, ou a aplicar de forma incorrecta, o SPI, numa clara violação da lei, que defrauda as legítimas expectativas e o justo direito dos trabalhadores.

Neste quadro de incumprimento de uma lei de valor reforçado (como é o caso da LOE), a luta pela aplicação correcta do SPI tem mobilizado trabalhadores, dirigentes, delegados e activistas do STAL junto dos locais de trabalho de todo o País, o que é demonstrativo da profunda insatisfação dos trabalhadores perante um direito que lhes está a ser sonegado.

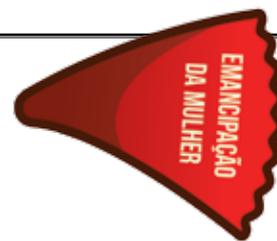
Em Santarém, a luta teve um desfecho positivo, com os trabalhadores do Município a registarem uma vitória – após a greve dos trabalhadores da recolha de resíduos urbanos –, ao verem ser-

lhes reconhecido o direito à retroactividade do pagamento do SPI a 1 de Janeiro de 2021.

No Porto, os trabalhadores da EMAP realizaram um plenário, no dia 16 de Março, em que aprovaram uma resolução a exigir a aplicação do SPI, tendo ainda sido entregue ao Município um abaixo-assinado com essa revindicação.

Também em algumas câmaras do Distrito de Viseu os trabalhadores mobilizaram-sennessentido, como são os casos dos plenários realizados (em Fevereiro) nos municípios de Penedono, Viseu, Castro Daire e Cinfães, em que se discutiram o diploma que fixa o SPI com carácter definitivo, pelo exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade.

O mesmo sucedeu na União de Freguesias da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa (10 de Dezembro), nos municípios de Tomar (21 de Janeiro), Coimbra (11 de Fevereiro), Almada (10 de Março), Valongo (16 de Março) e em Beja (18 de Março), cujos jardineiros exigem ser recebidos pelo executivo municipal, para entregarem um abaixo-assinado pelo o reconhecimento das condições de trabalho penosas e insalubres e a aplicação do SPI, à semelhança do que já sucede com outros trabalhadores da autarquia. ■



8 DE MARÇO - DIA INTERNACIONAL DA MULHER TRABALHADORA

# Igualdade tem de existir para o País evoluir!

O STAL assinalou a data histórica com a entrega às suas associadas de um postal alusivo à efeméride, com as principais reivindicações em matéria de igualdade de oportunidades, de direitos e de salários, tendo também promovido acções alusivas à data histórica em várias regiões do País.

justiça social é um dos objectivos centrais e prioritários do Movimento Sindical Unitário, que promove a participação e a representação das mulheres trabalhadoras, dinamiza a sua intervenção, organização, reivindicações e lutas contra as desigualdades e discriminações, contribuindo também para dignificar as condições laborais dos trabalhadores. Neste quadro político permanecem muitos problemas por resolver e direitos por cumprir, o que exige uma intervenção sindical permanente no trabalho, na rua e junto das instituições. O STAL considera que a efectivação da igualdade é indissociável da luta mais geral pelos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, e reafirma que irá continuar a lutar pela eliminação das desigualdades de género como uma das principais frentes do seu combate diário. As mulheres constituem 52% da população activa e mais de metade do emprego assalariado em Portugal, e continuam, de forma ilegal, a ser discriminadas nos salários, afectadas pela precariedade, pelo desemprego, por horários de trabalho longos e desregulamentados, por doenças profissionais, pelo assédio e são penalizadas pela maternidade. Esta luta pela igualdade entre mulheres e homens, e por melhores condições de vida tem 165 anos, seguindo o exemplo das mulheres operárias têxteis que, em Nova Iorque, em 1857, reivindicaram melhores salários, melhores condições de vida e a redução das 16 para as 10 horas diárias de trabalho. E essa luta pela fixação de uma jornada de trabalho condigna, que concilie o trabalho, o lazer e o descanso mantém-se actual. ■



Iniciativa no Dia Internacional da Mulher Trabalhadora em Évora...



...e manifestação do 8 de Março da CGTP, em Lisboa

**P**or todo o País, o STAL promoveu, no dia 8 de Março, um conjunto de iniciativas para assinalar o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, marcou presença em acções organizadas pelas Uniões de Sindicatos e associou-se à Semana da Igualdade promovida pela Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-IN, realçando-se, ainda, a expressiva participação nas manifestações promovidas pelo MDM no Porto (no dia 5) e em Lisboa (no dia 12). A luta pela defesa da igualdade, contra as discriminações e pela

## UMA LUTA DE TODOS OS DIAS

O STAL continua a reivindicar e a lutar todos os dias, designadamente:

- Valorização das carreiras e das profissões, erradicação da precariedade e garantia da estabilidade no emprego;
- Aumento Geral dos Salários em 90€ e do Salário Mínimo Nacional para 850 €;
- Garantia de salário igual para trabalho igual, eliminando todas as discriminações, em particular, por maternidade;
- Organização do tempo de trabalho com direito à conciliação com a vida familiar e pessoal; e o fim do recurso excessivo e desnecessário ao trabalho por turnos e laboração contínua;
- Revogar a adaptabilidade e bancos de horas, e o direito a 35 horas de trabalho semanal, sem perda de remuneração;
- Reforçar os serviços públicos e as Funções Sociais do Estado: protecção social no desemprego, na doença; apoio à infância e à terceira idade; aumentar as pensões de reforma;
- Garantir o direito a habitação condigna e acessível, à mobilidade e aos transportes.

“SEMANA DA JUVENTUDE” MOBILIZA MILHARES DE TRABALHADORES

## Jovens em luta por uma vida digna e pela estabilidade laboral

**S**ob o lema “Produzimos riqueza, queremos o que é nosso, exigimos soluções”, a Interjovem realizou, no dia 31 de Março, duas manifestações de jovens trabalhadores, em Lisboa e no Porto, em simultâneo, jornadas de luta que se inseriram nas comemorações do Dia Nacional da Juventude.

Os jovens trabalhadores portugueses, num momento em que se acentua uma política que permite a sua exploração sem que exista um esforço efectivo para a impedir, levaram para as ruas das duas cidades uma vontade determinada de inverter esta situação. O STAL, juntamente com os sin-

dicatos da CGTP-IN, marcou presença nestas duas iniciativas, que contaram com a participação de milhares de trabalhadores, sobretudo dos mais jovens, que exigiram a aplicação de medidas que valorizem o trabalho e o fim da política de baixos salários, os horários desregulados e a eliminação da precariedade laboral. ■



## RONDA NACIONAL DE CONTACTOS COM BOMBEIROS

# Pela valorização da profissão e dos salários



O STAL está a realizar, a nível nacional, um conjunto de iniciativas de contacto e plenários junto dos Bombeiros, dando enfoque às principais reivindicações dos trabalhadores deste sector e apelando à sua união e mobilização em defesa das suas principais exigências.

O STAL reafirma a importância dos homens e mulheres que protegem e garantem o socorro às populações, defende a valorização e dignificação do seu trabalho, e exige o efectivo apoio do Estado no sentido de melhorar as condições de trabalho de to-

dos os profissionais do sector. No caso dos bombeiros sapadores, as alterações introduzidas na regulamentação do seu Estatuto, assim como o respectivo Regime de Aposentação, tiveram como consequência a degradação e desvalorização das carreiras e dos salários. No quadro ac-

tual, excluindo os vários suplementos que integram a massa salarial, a remuneração-base destes profissionais é inferior ao Salário Mínimo Nacional, e a sua idade de aposentação aumentou. O STAL exige o financiamento adequado do sector e a respectiva dotação no Orçamento do

Estado das verbas que assegurem o funcionamento com qualidade dos bombeiros e da Protecção Civil, bem como a revisão da lei de financiamento dos corpos de bombeiros e a consagração de apoios/transfêrencias adicionais aos municípios com bombeiros sapadores.

Relativamente aos Sapadores Florestais, cujo esforço e trabalho continuam a não ser devidamente reconhecidos, o STAL exige a sua integração na carreira de Bombeiro Sapador, assim como a atribuição do SPI e o reconhecimento como a profissão de desgaste rápido.

No caso dos trabalhadores das associações humanitárias de Bombeiros, o STAL defende o aumento dos salários, a uniformização de direitos, o direito à contratação colectiva e a urgente regulação das relações laborais, e exige que o Estado assumira a sua responsabilidade na formação profissional destes trabalhadores, que asseguram uma função essencial – a Protecção Civil –, defendendo a criação da Escola Superior de Bombeiro, para responder aos desafios da evolução tecnológica e às necessidades das populações. ■

## LUTAS NA EGF, NA AMARSUL E NA ÁGUAS DE PORTUGAL

## Trabalhadores unidos em defesa das suas reivindicações

A proposta apresentada pela EGF não responde aos anseios e reivindicações dos trabalhadores, não valoriza as carreiras nem as categorias profissionais, e trata por igual o que é desigual, como a questão da antiguidade, defendendo o STAL a contagem de todo o tempo de serviço. O STAL reivindica, entre outros, o direito à progressão na carreira e o respeito pelas reais categorias profissionais e pelos conteúdos funcionais, como constam da proposta do ACT, o pagamento de diuturnidades/progressão na carreira no valor de 30€/mês por cada período de três anos de antiguidade; a passagem, no imediato, a contrato de trabalho efectivo de todos os trabalhadores que ocupam postos de trabalho permanentes; o aumento do subsídio de refeição para 8,44€/dia; e o pagamento de subsídio de transporte.

A proposta sindical reclama, também, que as equipas de recolha sejam constituídas por motorista e auxiliar em todos os circuitos de recolha selectiva; a atribuição do subsídio de risco rodoviário aos trabalhadores de recolha selectiva; o Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Ris-

co; o cumprimento das normas de SST; a contratação de seguros de acidentes de trabalho. O STAL reafirma que a unidade dos trabalhadores é essencial para dar mais força às suas propostas, estando a decorrer um abaixo-assinado a exigir o respeito pela contratação colectiva.

## ADP: REVISÃO DO ACT

Já na Águas de Portugal, e face à pressão dos trabalhadores, a administração recebeu (a 9 de

Março) o STAL e a FIEQUIMETAL, tendo então ficado acordado o início da revisão do ACT. A revisão irá também incidir sobre vários assuntos do clausulado pecuniário, como o Subsídio de Insalubridade, Penosidade e Risco, seguro de saúde e de vida, subsídio de alimentação, etc. As estruturas sindicais defendem um salário mínimo na empresa de 850 €, e que os salários-base de cada categoria profissional têm de ser proporcionais a essa diferença. A proposta reivindicativa introduz, ainda, com uma nova lógica quanto às categorias profissionais, incidindo nas profissões que existem realmente no Grupo.

### AMARSUL: GREVE POR MAIS DIREITOS E MELHORES SALÁRIOS

Os trabalhadores da Amarsul – que ao longo dos últimos anos sofreram um ataque brutal aos seus rendimentos, por via de escassos aumentos salariais e pela subida do custo de vida – realizaram uma greve de duas horas por turno entre 28 de Março e 1 de Abril, pelo aumento real e justo dos salários e do subsídio de refeição; pela atribuição do Subsídio Insalubridade, Penosidade e Risco, pela eliminação da precariedade,

pelo respeito pela contratação colectiva e por melhores condições de SST. Esta acção de luta foi decidida no plenário geral realizado em Setúbal, no dia 2 de Março, no seguimento do desfile que os trabalhadores da empresa realizaram pelas ruas da cidade sadina e que culminou numa concentração junto ao edifício da Câmara Municipal, na qual deram a conhecer, publicamente, a sua luta e as suas reivindicações.



AdP: Concentração junto ao Ministério das Finanças em Janeiro

co; o cumprimento das normas de SST; a contratação de seguros de acidentes de trabalho. O STAL reafirma que a unidade dos trabalhadores é essencial para dar mais força às suas propostas, estando a decorrer um abaixo-assinado a exigir o respeito pela contratação colectiva.

co; o cumprimento das normas de SST; a contratação de seguros de acidentes de trabalho. O STAL reafirma que a unidade dos trabalhadores é essencial para dar mais força às suas propostas, estando a decorrer um abaixo-assinado a exigir o respeito pela contratação colectiva.

O STAL e a FIEQUIMETAL continuam a defender a efectiva aplicação do ACT em todas as empresas com retroactividade a Janeiro de 2019, luta que decorre também por via judicial, visto decorrerem processos na Autoridade para as Condições de Trabalho de Vila Real, Coimbra, Aveiro, Leiria e Portalegre, e no Tribunal de Trabalho de Setúbal. ■





**INFLAÇÃO: ADENSAM-SE AS NUUVENS NEGRAS!**

# Vida ainda mais difícil para os trabalhadores

A subida geral dos preços em Janeiro, comparativamente com o mesmo mês de 2021, foi de 3,3%, e em Fevereiro de 4,2%. Se este ritmo se mantiver nos próximos meses teremos, no final deste ano, uma inflação anual entre 3 a 4%, o que significa um forte agravamento do poder de compra dos trabalhadores e das suas famílias em 2022.

**JOSÉ ALBERTO LOURENÇO**  
(ECONOMISTA)

**E**m termos técnicos, costuma dizer-se que existe inflação quando se verifica um aumento do nível geral dos preços dos bens e serviços que constituem o chamado “cabaz de compras” das famílias, isto é, todo o conjunto de compras que uma família faz, em média, durante um determinado período, normalmente um mês.

Essas despesas das famílias, de acordo com o actual Índice de Preços no Consumidor (IPC), aparecem agregadas em 12 grandes grupos de despesas, tendo cada um grupo destes grupos um peso próprio no total das despesas mensais dos agregados familiares.

Ou seja, actualmente considera-se para o cálculo da inflação que uma família média gasta do seu orçamento mensal 22% em alimentação e bebidas; 9,7% com despesas com a sua habitação, incluindo a renda; 15,1% em transportes; 2% em educação; 6,9% em saúde, e assim sucessivamente.

Nos casos, que serão certamente muitos, em que a estrutura das despesas difere desta estrutura média, a inflação suportada pelas famílias é naturalmente diferente daquela que o Instituto Nacional de Estatística (INE) divulga mensalmente.

Quem não ouviu ainda falar dos muitos casais jovens, em que a prestação mensal do empréstimo da casa consome mais de 1/3 do salário mensal e não os



**Forte participação dos trabalhadores da Administração Local na manifestação da CGTP-IN em Lisboa**

## ESTRUTURA DO IPC EM 2022

CONSUMO INDIVIDUAL POR OBJECTIVO	ESTRUTURA IPC 2022
Total	100,0%
Grupo 1. Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	22,0%
Grupo 2. Bebidas alcoólicas e tabaco	3,8%
Grupo 3. Vestuário e calçado	5,4%
Grupo 4. Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	9,7%
Grupo 5. Acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	7,2%
Grupo 6. Saúde	6,9%
Grupo 7. Transportes	15,1%
Grupo 8. Comunicações	3,1%
Grupo 9. Lazer, recreação e cultura	6,2%
Grupo 10. Educação	2,0%
Grupo 11. Restaurantes e hotéis	8,2%
Grupo 12. Bens e serviços diversos	10,5%

Índice de preços no consumidor (Ponderador IPC - Base 2012) por Consumo individual por objectivo; Anual - INE.

torno de 1%), desde o início do 2.º semestre de 2021 que temos vindo a assistir, mensalmente, a um crescimento acentuado dos preços de muitos bens e serviços essenciais e, conseqüentemente, a um agravamento da inflação.

Por esta razão, depois de, em 2020, a inflação anual ter sido praticamente nula (-0,01%), em 2021 ela foi já de 1,3%, e as actuais perspectivas para o corrente ano vão no sentido de um agravamento ainda mais acentuado.

Para termos uma ideia dos níveis de agravamento que se registam na inflação no início deste ano, diga-se que essa subida geral dos preços (medida pelo IPC) foi em Janeiro, comparativamente com o mesmo mês de ano passado, de 3,3%, e em Fevereiro de 4,2%. Ou seja, se este ritmo se mantiver para os próximos meses, teremos, no final deste ano, uma inflação anual entre 3 a 4%, quer isto dizer que, a manterem-se estes níveis de inflação, o custo de vida das famílias terá um forte agravamento em 2022.

## ... E PODER DE COMPRA CAI

Os custos objectivos do agravamento que se está a registar na inflação são que os actuais salários dos trabalhadores – e em particular dos da Administração Local – não lhes permitem comprar a mesma quantidade de bens e serviços, já que diminui o seu poder de compra, ficando a vida, para muitos, ainda mais difícil.

Assim, e como já assinalámos em artigo anterior, se a actualização salarial de 0,9% – aprovada pelo governo PS para vigorar no corrente ano, depois de 12 anos de congelamento salarial – foi insuficiente para cobrir a inflação de 1,3% registada em 2021, o seu súbito agravamento da inflação, ocorrido a partir do 2.º semestre de 2021, vem tornar ainda mais difícil a vida de milhares de trabalhadores. A manterem-se os actuais ritmos de crescimento mensal dos preços dos chamados bens energéticos consumidos pelas famílias – que incluem, entre outros, o preço da electricidade e do gás – e dos preços dos combustíveis consumidos nos transportes pelas famílias e dos chamados bens

9,7% considerados no cálculo da inflação, ou quem ainda não ouviu milhares de trabalhadores a queixarem-se das elevadas despesas mensais com as creches e os infantários dos seus filhos, ou também quem não se queixou do elevado custo das despesas com alimentação e saúde? Nestes casos, a inflação suportada por estas famílias é, bem superior àquela que os indicadores oficiais apresentam.

## INFLAÇÃO SOBE...

Depois de vários anos em que os níveis da inflação se mantiveram relativamente baixos (em

## VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR (INFLAÇÃO)

ANOS	VARIAÇÃO %
2009	-0,83
2010	1,40
2011	3,65
2012	2,77
2013	0,27
2014	-0,28
2015	0,49
2016	0,61
2017	1,37
2018	0,99
2019	0,34
2020	-0,01
2021	1,30
2022	3 a 4

Nota: A inflação acumulada entre 2010 e 2021 foi de 13,61% (Fonte: INE).

alimentares não-transformados, de um ano para o outro a inflação média anual, como o quadro mostra, passa de um nível em torno de 1%, nos últimos nove anos, para um nível que poderá situar-se 3 a 4 vezes superior, o que se tornará insustentável para milhares de trabalhadores.

### ACTUALIZAÇÃO DE PENSÕES, SALÁRIOS E PRESTAÇÕES SOCIAIS

Perante este cenário de continuação do agravamento dos níveis de inflação em Portugal nos próximos meses, que os últimos desenvolvimentos da guerra na Ucrânia podem potenciar ainda mais, exige-se da parte do novo governo PS, a preocupação de se acompanhar a evolução dos preços dos chamados bens e serviços essenciais (rendas de habitação, produtos alimentares básicos, preços dos transportes públicos, bem como da electricidade, gás e água, e taxas de juro de empréstimos à habitação, entre outros), intervindo sempre que necessário para evitar escaladas de preços que possam pôr em causa o acesso a esses bens e serviços essenciais à nossa população e, por fim, tornar-se-á imperativa, ainda durante o corrente ano, uma actualização intercalar das pensões, dos salários dos trabalhadores da Administração Pública e das prestações sociais.

**É agora a altura do governo PS concretizar muitas das promessas que foi fazendo ao longo dos últimos meses. ■**

## ESTAGNAÇÃO SALARIAL AGRAVA-SE EM 2022

# Tudo aumenta... menos os salários!

Os trabalhadores da Administração Pública voltam a sofrer uma significativa redução do seu poder de compra, apesar dos indicadores apontarem para um crescimento da economia nacional. Em 2021, o PIB cresceu 4,9%, segundo o INE, mas este sector registou uma estagnação salarial (0%), num quadro em que a remuneração bruta mensal média subiu 3,4%, para 1361 euros.



Em 20 de Novembro de 2021, os trabalhadores exigiram na rua aumento dos salários

Tendo por base informação disponibilizada pela Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público – e levando em conta os descontos efectuados para ADSE, CGA e IRS, e a inflação acumulada entre 2010 e 2021 –, os trabalhadores da Administração Local sofreram neste período, em média, uma quebra real do seu salário de 10,6%. Por cargos e carreiras, esta quebra salarial varia entre os 20,1%, nos técnico superior, e os 3,5%, para os assistentes operacionais/operários/auxiliares administrativos. E só no caso da inflação



## DIGNIFICAR CARREIRAS E AUMENTAR SALÁRIOS

Reafirmando a urgência de valorização dos trabalhadores da Administração Pública, que o STAL subscreve a Proposta Reivindicativa Comum para 2022, já apresentada pela Frente Comum ao Governo, e que dá voz às propostas para a melhoria das suas condições de vida e de trabalho, em prol de uma Administração Pública ao serviço das populações e do País. O STAL reivindica, entre outros, um aumento mínimo de 90 € para todos os trabalhadores, e salário mínimo de 850 euros; a correcção da Tabela Remuneratória Única; a actualização do subsídio de refeição para 7,50 €;

o descongelamento efectivo das promoções e das progressões remuneratórias; a reposição das carreiras, índices remuneratórios e dos seus conteúdos profissionais específicos, tal com o existiam antes de 2008; a reposição do valor do pagamento das horas extraordinárias, do trabalho normal em dias feriado e de todos os suplementos, bem como a reposição do descanso compensatório; assim como a reposição dos escalões de IRS, recuperando maior justiça fiscal e protegendo os rendimentos do trabalho, e do direito à indemnização devida por motivo de acidente de trabalho e/ou doença profissional.

ção, entre 2010 e 2021, a subida acumulada dos preços foi, pelo menos, de 13,27%.

Apesar de “congelado” entre 2011 e o último trimestre de 2015, a subida do Salário Mínimo Nacional (SMN) nos últimos anos induziu uma subida inevitável sobre os salários mais baixos da Administração Local e permitiu que esses salários vissem reposta parte considerável do seu poder de compra.

Já outras carreiras – como os assistentes técnicos e administrativos, polícias, bombeiros, técnicos superiores e dirigentes –, não tendo beneficiado dessa actualização do SMN, continuam a “sofrer na pele” a estagnação geral dos salários na Administração Local.

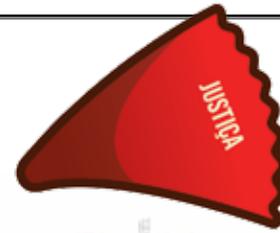
Este quadro faz com que milhares de trabalhadores se sintam profundamente injustiçados, e a actualização de 0,9% para 2022 em nada altera a situação, sendo mesmo interpretado pelos trabalhadores como uma provocação face à contínua perda de poder de compra dos últimos 13 anos, já que, desde 2009, têm visto o seu salário baixar por via dos aumentos anuais dos preços, dos descontos para a CGA, ADSE e para o IRS, bem como pelo corte nos salários superiores a 1500 euros.

### É URGENTE REVOGAR O SIADAP

A par de necessária recuperação do poder de compra, a valorização dos trabalhadores da Administração Pública – e particularmente da Administração Local – passa pela urgente revogação do SIADAP, substituindo-o por um sistema avaliativo equitativo, justo, livre de quotas e que promova a formação e garanta o desenvolvimento profissional dos trabalhadores.

O STAL está na primeira linha do combate contra a destruição do vínculo, carreiras e remunerações implementada pela Lei 12-A/2008 e complementada pelo famigerado sistema de “avaliação”, responsável pelo congelamento salarial dos trabalhadores, com profundas implicações na sua vida profissional, já que os impede de progredirem e de aspirarem a uma carreira digna, prejudicando igualmente a prestação de um serviço público com qualidade. ■

# CONTRATAÇÃO COLECTIVA



Defender a contratação colectiva é garantir mais direitos e salários mais altos

## A IMPORTÂNCIA DOS INSTRUMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO COLECTIVA DE TRABALHO

# Contratação colectiva: o motor do aumento geral dos salários

Fruto dos IRCT, os salários invariavelmente aumentam, desde logo, porque nos acordos estabelecidos por esta via se definem valores mínimos para cada carreira, categoria ou profissão. É, por isso, urgente aumentar o número de trabalhadores abrangidos por estas condições mais favoráveis, pressionando, desta forma, o aumento geral dos salários em Portugal.

**R**ecorrentemente, os sindicatos apontam a contratação colectiva como fonte de progresso nas relações laborais, pela sua capacidade de definir regras mais favoráveis para os trabalhadores que os mínimos legalmente impostos praticados pela vasta maioria das empresas e empregadores em Portugal.

Se a importância da definição de regras claras e objectivas nas relações laborais é fundamental, como ficou demonstrado na Administração Pública com a celebração de centenas de acordos colectivos de empregador público (ACEP) para a reposição das 35 horas, é, sem dúvida, ao nível das questões remuneratórias que se torna mais clara a importância da contratação colectiva. Neste momento, o Salário Mínimo Nacional em Portugal é de 705 €, tanto para o sector público como para o privado, um valor baixíssimo que urge aumentar.

INSTRUMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO COLECTIVA DE TRABALHO					
CARREIRA	ADM. PÚBLICA (2022)	AE AGERE (2021)*	ACT ÁGUAS DE PORTUGAL (2019)*	AE ÁGUAS DE SANTARÉM (2018)*	AE EMAS (2015)*
Administrativo	709,46 €	730 €	723 €	789,54 €	785,84 €
Canalizador	705 €	730 €	723 €	738,05 €	719,68 €
Electricista	705 €	725 €	723 €	738,05 €	754,41 €
Cantoneiro	705 €	745 €	---	738,05 €	---
Mecânico	705 €	725 €	723 €	738,05 €	754,41 €
Conductor Máquinas Pesadas e Veículos Especiais	705 €	725 €	723 €	738,05 €	719,68 €

\* Entre parêntesis identifica-se o ano em que a tabela salarial entrou em vigor para cada IRCT

Fruto da contratação colectiva, os salários invariavelmente aumentam, desde logo, porque nestes instrumentos se estabelecem valores mínimos para cada carreira, categoria ou profissão, pelo que, mesmo quando os aumentos do salário mínimo passam valores constantes das tabelas, aplica-se o valor imediatamente superior como salário mínimo a praticar na empresa em causa. Senão vejamos: na Administra-

ção Pública, as dezenas de profissões integradas na “carreira” de Assistente Operacional – que vão do auxiliar de serviços gerais ao canalizador ou electricista – entram com os referidos 705 €, fruto do aumento do Salário Mínimo Nacional, sendo que os trabalhadores integrados na “carreira” de Assistente Técnico – que vão desde o Administrativo ao Fiscal ou Técnico Profissional – entram com 709,46 €, ou seja, pouco mais que salário mínimo.

E o que sucede nas empresas com instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho (IRCT)? Veja na tabela alguns exemplos.

### REVER IRCT EM VIGOR E NEGOCIAR NOVOS

Do quadro exemplificativo pode verificar-se que, em todos os IRCT, independentemente do ano em que a tabela salarial entrou em vigor, os salários para

as mesmas profissões são mais elevados, justamente porque, existindo uma convenção colectiva em vigor, todos os trabalhadores têm que ganhar, no mínimo, pelo valor constante da tabela salarial publicada para a sua profissão em específico, que seja imediatamente superior ao salário mínimo nacional.

Mas importa dizer que, definindo todos estes instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, regras de progressão na carreira, trabalhadores entre os três e os cinco anos de carreira recebem valores superiores ao mínimo de entrada na carreira, o que já não sucede quer na Administração Pública, em resultado dos constantes congelamentos e do SIADAP – um sistema de avaliação injusto, em que a progressão na carreira pode exigir 10 anos de serviço –, quer no sector privado, em que nem sequer existem, muitas vezes, tabelas salariais, o que implica que os únicos aumentos que os trabalhadores vêm correspondem ao aumento do SMN.

Pegando no quadro exemplificativo, um mecânico, condutor de máquinas pesadas e veículos especiais ou electricista na AGERE, por exemplo, começa com os referidos 725 €, mas após entre dois a cinco anos, consoante a avaliação, passa a ganhar 765 € mensais de salário-base.

Esta é uma realidade que ocorre um pouco por todo o lado onde existem IRCT, variando apenas o número de anos que pode levar até a progressão se efectivar, criando assim um sistema em que não só os salários-base de entrada são mais elevados, como também a progressão salarial é mais rápida, isto em comparação com o existente na Administração Pública ou no sector privado em que, na maior parte dos casos, nem sequer existem regras para esta evolução.

Fica assim demonstrada a importância da contratação colectiva, urgindo não só rever os instrumentos em vigor (o ACT das Águas de Portugal está, neste momento, em revisão, por exemplo), mas também negociar novos acordos, aumentando, deste modo, o número de trabalhadores abrangidos por estas condições mais favoráveis, e pressionando, assim também, o aumento geral dos salários em Portugal. ■

É PRECISO ACABAR COM O “NEGÓCIO DA SEDE”

# O capitalismo é seca e saque

JORGE FAEL

É necessário valorizar a função ecológica e social da água, que foi reconhecida pela ONU, em 2010, como um direito humano, e que faz parte do direito à vida. O acesso a este bem essencial não é, pois, uma questão de escolha. É também uma questão de democracia, de soberania, de segurança ambiental, de protecção da natureza e de desenvolvimento.

**N**unca é demais repetir: a água é o suporte de todas as formas de vida – vegetal, animal e humana –, insubstituível, essencial a todos os processos naturais, estruturante da habitabilidade dos territórios, do ambiente e indispensável a quase todos os sectores produtivos.

Mas é justamente por a água se constituir como um bem indispensável à vida, factor de domínio, de vulnerabilidade das políticas de soberania e controlo público, potencial fonte de lucros gigantescos à custa das economias de milhões de consumidores e da sobrevivência de milhões de seres humanos que ela é fortemente disputada e cobiçada. Como afirma Eric Swynghedouw (2004:36) «o capitalismo é claro, sempre foi e continuará sendo um sistema que tenta derrubar todas as barreiras existentes e incorporar o que pode à sua lógica própria de busca de lucro».<sup>1</sup> É por isso que a ganância e o avanço dos especuladores sobre a água têm crescido exponencialmente. Mas com a onda de con-



testação às privatizações em todo o Mundo, as grandes transnacionais da água têm vindo a alterar a estratégia: estão a vender as empresas concessionárias de serviços de águas e reorientam-se para os grandes monopólios das origens de água, para a água da natureza e os terrenos envolventes.

Para o capital financeiro, o “negócio da sede” é uma oportunidade. Willem Buitter, consultor do Citigroup, sublinha que “a alteração climática terá um gran-

de impacto na água disponível” e que “o período da água da nascente que flui naturalmente no duche terminou”. E acrescenta sem complexos: “É necessário que as pessoas, em cada gole de água que bebem, sintam na carteira que a água tem um custo. Não é porque água é vida que não signifique que não deva ter um preço. Encontramo-nos no início da revolução financeira da água.”<sup>2</sup>



## AUTARQUIAS RETOMAM GESTÃO PÚBLICA DA ÁGUA

**FAFE.** A água regressou ao controlo municipal no passado dia 11 de Setembro, após o fim do contrato celebrado com a Indáqua, em 1996, uma decisão que o STAL saúda. A Águas de Fafe, empresa municipal, é a nova entidade responsável pelos serviços.

**SETÚBAL.** A Câmara Municipal decidiu, no dia 24 de Novembro, a recuperar da gestão municipal da água e do saneamento, colocando um ponto final na concessão a privados, uma decisão aprovada em 1997 (pela gestão do PS/Mata Cáceres) e marcada por várias suspeitas, em que a EPAL foi mesmo proibida de concorrer pela então ministra do Ambiente Elisa Ferreira, num claro favorecimento dos interesses privados.

**PAREDES.** Prossegue o resgate da concessão da água e saneamento, na posse da empresa Be Water, sendo intenção da edilidade a criação de serviços municipalizados de água e saneamento, cuja entrada em funcionamento está prevista para este ano. Mas o Tribunal Contas recusou o visto aos contratos de empréstimo de 21 milhões de euros solicitados pela autarquia para o pagamento do resgate da concessão. A Câmara já recorreu.<sup>3</sup>

**PAÇOS DE FERREIRA.** Os comerciantes deste concelho “optam” por abrir as torneiras e desperdiçar centenas de litros de água para pagar menos na factura ao final do mês. Caso não atinjam o consumo mínimo mensal de 1000 litros (1m3), pagam a tarifa máxima. Este é o resultado da privatização efectuada em 2004.

### VALORIZAR O SERVIÇO PÚBLICO E OS TRABALHADORES

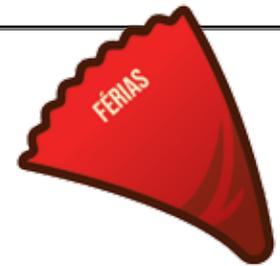
Por cá, a seca que atinge com gravidade o nosso País exige a tomada de medidas urgentes que assegurem, nomeadamente, o consumo humano, o abastecimento dos animais e a produção agrícola. Porém, o que se verifica é o aproveitamento da situação para justificar a mercantilização da água e a subida dos preços, como ameaçaram o Ministro do Ambiente e, mais recentemente, a presidente da ERSAR, afirmando que têm de ser os consumidores a pagar (nas facturas da água) as obras de manutenção e qualificação da rede de abastecimento, procurando passar o ónus do problema para os municípios e para as famílias. É também a primazia do lucro que explica o porquê de, estando o País numa situação de seca, os detentores das barragens electroprodutoras continuassem a esvaziar as barragens aproveitando a alta dos preços da energia. Como temos afirmado, as crises que atingem a Humanidade e a sua “casa” não se resolvem insistindo num modelo de crescimento predador, extractivista e destrutivo, e na privatização dos bens públicos, como a água. Pelo contrário! O que precisamos é de organizar e orientar os processos produtivos para o interesse comum, para a sustentabilidade, para o respeito pela natureza; de recuperar e valorizar a função ecológica e social da água, impedindo a sua utilização como factor de acumulação e concentração de capital.

O que é preciso é assegurar uma gestão pública robusta e competente, agir na preservação e protecção de todos os valores da água, assegurar o direito à água e ao saneamento para todos, valorizar o serviço público e os trabalhadores, e reforçar o investimento para cuidar do futuro. ■

<sup>1</sup> SWYNGUEDOW, E. Privatizando o H2O – Transformando águas locais em dinheiro global. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 1, n. 6, p. 33-55, 2004;

<sup>2</sup> <https://www.aguadetodos.com/2020/12/10/agua-a-vida-ou-a-bolsa%ef%bb%bf/>

<sup>3</sup> <https://www.tcontas.pt/pt-pt/ProdutosTC/acordaos/1sss/Documents/2021/ac031-2021-1sss.pdf>



## LOCAIS DE TRABALHO

# Organizar, resistir e lutar

De Norte a Sul do País, as direcções regionais do Sindicato desenvolvem um forte trabalho em defesa dos interesses dos trabalhadores, da sua valorização e de melhores condições de Saúde e Segurança no Trabalho.

## LISBOA: CADERNO REIVINDICATIVO E VITÓRIA DOS TRABALHADORES

A DR Lisboa definiu um Caderno Reivindicativo (CR) “tipo”, tendo procedido ao levantamento de todos os CR elaborados ao longo de vários anos, com a listagem dos problemas encontrados nas várias autarquias, empresas municipais, etc., desde os mais simples aos mais complexos. Este trabalho visa facilitar a discussão com os trabalhadores e definir um documento único, com todas as reivindicações, que promove a unidade entre todos os sectores e que tem um efeito galvanizador. Já na União de Freguesia da Pontinha e Famões, o STAL e os trabalhadores registaram uma importante vitória, no seguimento da reunião de conciliação realizada na DGAEP, tendo a autarquia sido obrigada a cumprir o ACEP assinado com o Sindicato, a atribuição dos três dias de férias por cada ano de trabalho, para todos os trabalhadores com a avaliação positiva desde o biénio de 2015/2016. ■



## PENICHE: SITUAÇÃO SOCIAL E REIVINDICATIVA

Em Peniche, a DR Leiria realizou (a 9 de Fevereiro) um plenário de trabalhadores na Câmara Municipal, em que se discutiu a actual situação social e reivindicativa local, tendo os trabalhadores manifestado preocupação com alguns problemas internos, designadamente, a decisão unilateral – e à revelia do ACEP assinado com o STAL – de impedir a prática do horário em jornada contínua a dezenas de trabalhadores, sobretudo mulheres, e as precárias condições de trabalho do sector operário. Perante os problemas, os trabalhadores da autarquia afirmam-se disponíveis para resistir e lutar. A Comissão Sindical do STAL reuniu também com o presidente da Câmara, para dar início à negociação do caderno reivindicativo. ■

## ÁGUAS DE GAIA: AE GARANTE MAIS DIREITOS

O STAL celebrou um AE com a Águas de Gaia, o que representa uma conquista de direitos, tendo o Sindicato sido determinante para garantir a valorização do trabalho e dos trabalhadores. Este acordo define como princípios fundamentais e estruturantes da organização da empresa o desenvolvimento profissional; o equilíbrio entre a vida profissional e a familiar; a formação profissional; a saúde e segurança no trabalho; a responsabilidade ambiental e social; e o combate à corrupção. ■



## VISEU: PREOCUPAÇÕES E ANSEIOS

Em Fevereiro e Março, a DR Viseu realizou diversos plenários com trabalhadores de municípios do distrito, que serviram para ouvir os trabalhadores sobre as suas preocupações e anseios. Além do SPI (ver pág. 4), o fim das carreiras profissionais na Administração Pública, o injusto SIADAP e a não revisão (ainda) da TRU – em que os últimos aumentos do salário mínimo já engoliram as três primeiras posições remuneratórias e em que os trabalhadores com maior antiguidade recebem o mesmo que um trabalhador acabado de entrar na mesma carreira – são os principais lamentos destes trabalhadores. ■



## ÁGUAS DO NORTE: STAL VENCE ELEIÇÃO PARA SST

A lista apoiada pelo STAL venceu a eleição para Representantes dos Trabalhadores para a SST na Águas do Norte, tendo sido eleitos três elementos da lista apoiada pelo Sindicato: Joaquim Dias, Alberto Sousa e Bruno Pinto. Este resultado traduz o reconhecimento e a confiança dos trabalhadores pelo trabalho desenvolvido pelo dirigentes e delegados sindicais do STAL, fortemente empenhados na defesa dos interesses dos trabalhadores da empresa, assumindo o compromisso por melhores condições de trabalho e por locais de trabalho seguros e saudáveis. ■

## ÉVORA: TRIBUNAL DÁ RAZÃO AO SINDICATO

O Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja deu razão ao STAL, no âmbito de uma acção em que o Sindicato defendia a contagem das avaliações de desempenho obtidas em situação de mobilidade intercarreiras, bem como o direito dos técnicos superiores em mobilidade, licenciados, serem remunerados pela 2.ª posição da respectiva carreira, referentes a trabalhadores do Município de Évora. Este processo deu origem a cerca de 30 alterações de posicionamento remuneratório de trabalhadores da autarquia. Trata-se de mais uma vitória na luta pelos direitos dos trabalhadores, reafirmando a DR Évora que vale sempre a pena lutar pelos direitos. ■



## ALMADA: DE BRAÇO DADO PELOS DIREITOS

Os trabalhadores das autarquias de Almada manifestaram-se, a 17 de Março, na Cova da Piedade, em defesa dos seus direitos e da resolução dos seus problemas, e pela integração permanente de 39 auxiliares de acção educativa dos Jardins de Infância da Rede Pública de Almada. Os trabalhadores exigem, entre outros, um diálogo sério com os executivos do Município e das freguesias sobre o processo de transferência de competências; o fim do clima de intimidação, desorganização e desorientação nos serviços camarários; condições de trabalho dignas; a valorização salarial e do serviço público; e o fim da precariedade nas juntas, nomeadamente na da Charneca de Caparica. ■

## BARCELOS: ACEP REPÕE DIREITOS

O STAL assinou, em Janeiro, com a CM Barcelos um ACEP, que estabelece, entre outros, a organização do tempo de trabalho, os horários laborais e as respectivas modalidades, bem como os limites do trabalho suplementar. Assegura, também, a reposição dos três de férias, o período de nojo por falecimento de familiar da linha colateral até ao 3.º grau, e a tolerância de ponto no Carnaval e no dia de aniversário, sendo esta mais uma conquista dos trabalhadores do Município. ■

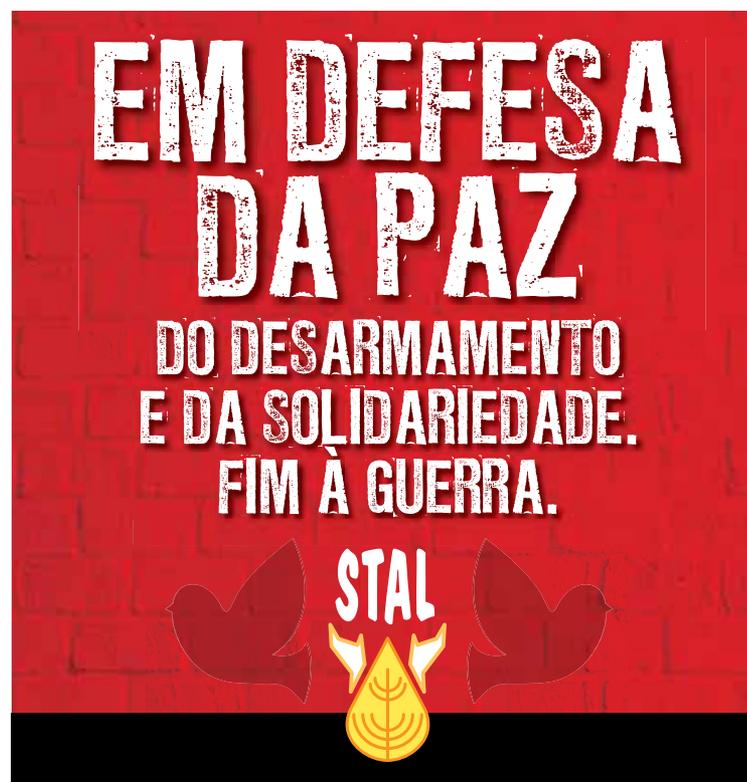
## TRAVAR A ESCALADA DE CONFRONTO NA UCRÂNIA E NA EUROPA

# Não à guerra. Sim à paz!

A guerra é destruição e morte, não é solução para os conflitos. E esta, na Ucrânia, não é diferente. Merece a nossa condenação, sendo que as suas consequências serão devastadoras para a população e para os trabalhadores, e os seus terríveis efeitos económicos e sociais já se fazem sentir nas nossas vidas.

**M**arcada por diversos e trágicos conflitos, a situação internacional conheceu um novo e perigoso agravamento com o ataque do exército russo à Ucrânia. A guerra é destruição e morte. A guerra não é solução, e esta, na Ucrânia, não é diferente. Merece a nossa condenação. As consequências serão devastadoras para a população, em geral, para os trabalhadores em particular, e os seus terríveis efeitos económicos e sociais sentir-se-ão em todo o Mundo, como é já visível no nosso quotidiano, nomeadamente no sector energético, em que se verifica um aumento brutal dos preços dos combustíveis, electricidade e do gás. E as sanções contra a Rússia irão repercutir-se duramente sobre a população.

Sendo injustificável, esta guerra podia e devia ter sido evitada, nomeadamente, pondo fim às permanentes violações de ces-



sar-fogo acordado em Minsk, que o governo ucraniano vem promovendo na denominada região do Donbass, desde 2014; travan-

do a política belicista e expansionista da NATO para o Leste da Europa, que viola o acordado em 1991, em particular, através

da integração da Ucrânia e da ampliação dos meios militares junto às fronteiras da Federação Russa.

Mas os poderosos interesses geo-económicos e geoestratégicos que se digladiam no plano global e regional falaram mais alto, pondo em risco milhões de vidas.

**SOLUÇÃO PACÍFICA DOS CONFLITOS**

É urgente regressar às negociações e assegurar o respeito pelo direito internacional. Neste sentido, o STAL insta o governo português a desenvolver todos os esforços no sentido do apaziguamento e do fim do conflito, como determina a Constituição da República Portuguesa, que consagra “a solução pacífica dos conflitos internacionais” e “o desarmamento geral, simultâneo e controlado”, e o Tratado da União Europeia que, de acordo com o seu artigo 3.º, tem por objectivo “promover a paz, os seus valores e o bem-estar dos seus povos”.

O STAL reafirma o seu compromisso em defesa da Paz, e expressa a sua solidariedade com os trabalhadores e o povo, os principais afectados pela guerra e a destruição. ■



## INTERNET

VICTOR NOGUEIRA

### PAZ, PÃO, IGUALDADE, LIBERDADE E DEMOCRACIA

Neste século XXI, com a guerra como fenómeno larvar, difíceis são os caminhos da Paz. É urgente, pois, defender e reforçar a Amizade, a Cooperação e a Solidariedade entre os Povos, sem os quais os conflitos poderão levar à extinção da vida sobre o planeta Terra.

Na Grécia antiga, as guerras eram suspensas durante as Olimpíadas. Na Idade Média, a “Trégua de Deus” proibia os combates de sexta à segunda-feira seguinte e a “Paz de Deus” interditava ataques aos templos cristãos e às populações desarmadas. No século XVII, no fim de várias guerras europeias, uma série de tratados – conhecidos como “Paz de Vestfália” – afirmou como princípios a soberania e a igualdade jurídica entre os estados, a territorialidade dos mesmos, o equilíbrio de poder e a não intervenção. Nada disto impediu, contudo, posteriores conflitos sangrentos, na Europa e fora dela. O direito à Paz Universal ganhou especial acuidade no fim da I Grande Guerra com a criação da Sociedade das Nações que,

inoperante, não impediu a II Guerra Mundial. No termo desta é criada a Organização das Nações Unidas, com a meta de preservar a paz no Mundo, em conjunto com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.<sup>1</sup> A Carta da ONU (1945) afirma o conceito de segurança colectiva, em articulação com tratados para a proibição e não-proliferação de Armas Nucleares, Químicas e Biológicas.<sup>2</sup> O fim do Bloco Socialista europeu levou a nova fase nas relações internacionais, subalternizando a ONU, com os EUA e a NATO ganhando crescente intervencionismo por todo o Planeta, pondo em causa o conceito de segurança colectiva, contrariando a Acta Final de Helsínquia, de 1975. Nesta, a URSS e 32 estados europeus, em conjunto com os EUA e o Canadá,

tinham reafirmado princípios reguladores baseados na segurança colectiva e desenvolvimento de relações de cooperação entre os Estados, destacando-se a igualdade soberana destes, a não intervenção nas questões internas dos mesmos, a reafirmação da resolução pacífica dos diferendos internacionais, o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, a autodeterminação dos povos e a igualdade de direitos.<sup>3</sup> Neste século XXI, com a guerra como fenómeno larvar, difíceis são os caminhos da Paz. É urgente pois, defender e reforçar a Amizade, a Cooperação e a Solidariedade entre os Povos, sem os quais os conflitos poderão levar à extinção da vida sobre o planeta Terra. ■

<sup>1</sup> pt.wikipedia.org/wiki/Direitos\_humanos

<sup>2</sup> unric.org/pt/direito-internacional-e-justica/

<sup>3</sup> www.cppc.pt/dossiers/temas/paz-e-desenvolvimento/1030-4oanos-acta-helsinquia-solido-caminho-para-a-paz-para-o-futuro

# CONVERSAS DESCONVERSADAS

ADVENTINO AMARO

## Os tartufos da nova era

O Presidente do Conselho de Administração do caneiro televisivo conhecido por CMTV (Caneiro Martelado nas Tragédias Vendáveis) acordou naquele dia verdadeiramente empolgado com as grandes notícias que andavam no ar a anunciar que tinha começado, finalmente, uma guerra na Europa. “Até que enfim”, murmurava ele de si para consigo enquanto procedia aos naturais despejos corporais diários, livrando-se das reminiscências sobranes dos banquetes da véspera.

Na verdade, já por mais do que uma vez tinha dado ordens à redacção da coisa para anunciar o dia e hora em que os Russos iam invadir a Ucrânia, segundo informações fidedignas da Nato. O problema é que os potenciais invasores não foram avisados atempadamente e, assim, a invasão não aconteceu.

“Gaita, que estes gajos andam a dificultar-nos o trabalho com tanta indecisão”, vociferava o Sr. Presidente perante o chefe da redacção que, com a notícia já prontinha com todos os detalhes do que iria ocorrer, aguardava as necessárias instruções para não publicar nada que desagradasse aos donos (do caneiro e das consciências ali assalariadas). Mas agora sim, finalmente as coisas começavam a compor-se a contento dos anseios do caneiro e respectivos accionistas.

– “Ó Chico” – exclamou logo que entrou no tugúrio onde o caneiro se acoitava



e dirigindo-se ao chefe de redacção, – “muda a data no texto que já tens pronto com os desenvolvimentos da invasão, e manda-o para o ar imediatamente. Não podemos deixar-nos ultrapassar pelos outros caneiros, todos eles também sequiosos do sangue que lhes (nos) irá aumentar exponencialmente as audiências e, conseqüentemente, as respectivas contas bancárias.

– E prepara imediatamente um enviado especial, com a respectiva equipa, para embarcar ainda hoje para a cena

de guerra. Não te esqueças de lhe fornecer instruções precisas sobre o que deve dizer e mostrar, quem deve entrevistar e as perguntas que convém fazer. Cuidado que a concorrência é forte e não podemos cometer qualquer erro que possa pôr em causa a nossa total fidelidade a quem nos paga. Nem o senhor ministro SS nos perdoaria”.

E pronto. Aqui chegado, larguei o poiso de onde observei esta cena e, fiel a um vício que ganhei há muitos anos, pus-me a pensar. Aliás, para ser rigo-

roso, antes disso passei os olhos pelo jornal “A Bola” para me intelectualizar um pouco mais. E garanto-vos que valeu a pena.

Ali fiquei a saber que a FIFA e a UEFA riscaram a Rússia do mapa das competições marcadas para o seu território, com o apoio praticamente unânime da futebolada mundial. O que acho muito bem, pois vem na linha do procedimento habitual nestes casos.

Sim, quem não se lembra do que se fez aos americanos e seus aliados aquando do desmantelamento da Jugoslávia, das invasões e ou intervenções no Afeganistão, Síria, Iraque, Líbia e outras que agora me não vêm à memória? Digo-vos eu, que sou cego, que os vi serem banidos de todas as competições durante muitos anos.

Israel, então, que há décadas vem ocupando pela força o território palestino e assassinando lentamente todo aquele povo, está impedido de chutar na bola seja onde for... (Ai, como eu adoro estes democratas de vão de escada!

Mesmo assim ainda vai aparecendo, aqui e ali, um ou outro ser lúcido que tem a coragem (sim, nos dias de hoje é preciso coragem) de pôr as coisas nos seus devidos lugares. Cito, como exemplos, o treinador de futebol Carlos Carvalho (em conferência de imprensa) e do Major-General do exército Raul Cunha (este convidado, certamente por engano, pela RTP para comentar os acontecimentos na Ucrânia.).

Uma lufada de ar fresco entre tanta porcaria diariamente despejada em nossas casas, para gáudio da nacional/acefalia. ■



	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1					■					
2		■						■		
3			■					■		
4				■						
5	■				■					■
6										
7					■					
8			■					■		
9						■				
10										■

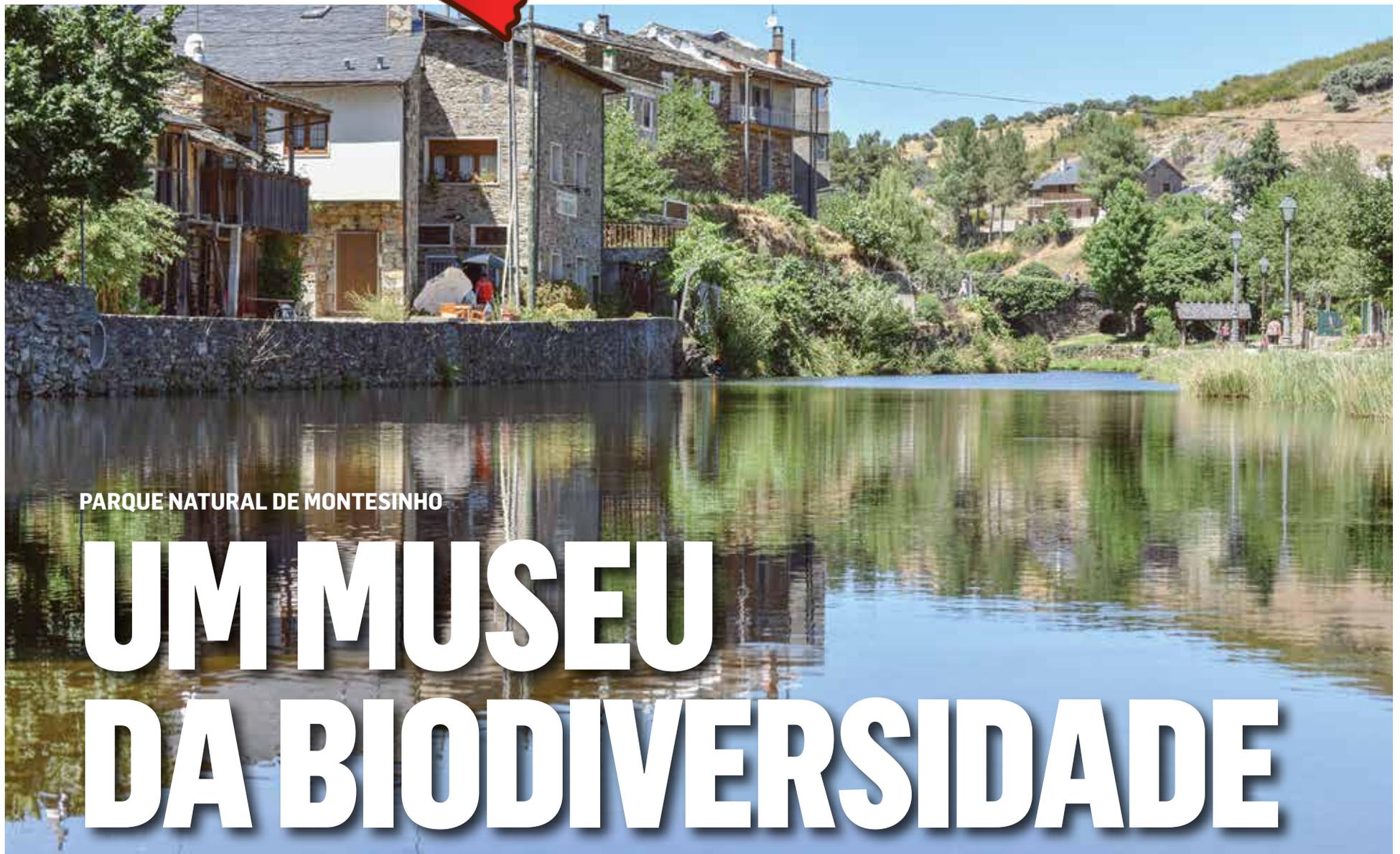
## PALAVRAS CRUZADAS

**Horizontais** – 1. Existência; dador. 2. ...em lume brando, se não te puseres a pau; aquilo que respiramos e por enquanto é de borla. 3. A tua pessoa; deslocavas-te para; liga de ferro endurecida pela têmpora. 4. Organização das Nações “Unidas” (onde é que já ouvi isto?). ladeiras. 5. Mais um imposto que pagas e não bufas; corta e tritura com os dentes, se ainda tiveres o quê. 6. O que fazem às tuas lutas os caneiros da TV. 7. Ave parecida com a pomba; actos públicos. 8. Artigo definido, do tempo da reinação; maneira particular de expressão; ortografia (dimin). 9. Serpente das regiões tropicais, quase tão venenosa como alguns figurões que por aí andam na governança (pl); ocasião. 10. Curva de abóbada, que alguns querem recuperar para a governação portuga; fruto do pereiro.

**Verticais** – 1. Instrumento que, quando mal utilizado, nos conduz à miséria que se vê; campo de liça. 2. Que tem só um pólo. 3. Oferece; relativo à uva; já foi filho de um deus e também SuperStar. 4. Grande poeta português na revolução dos cravos; nome próprio masculino. 5. Pois, é isto que continuamos a fazer para o peditério nacional; eles. 6. Tiram as armas a. 7. A carta mais valiosa do baralho, pelo menos na sueca; reduziu a pó; a mim. 8. Começar a ganhar cor (as uvas). 9. Troféu; tosto. 1. Deus do amor entre os gregos; vela latina do mastro grande.

### SOLUÇÕES

**Horizontais** – 1. Vida; Dante. 2. Ardes; ar. 3. Tu; ias; ago. 4. Onu; rampas. 5. Iva; rol. 6. Apagamento. 7. Rola; autos. 8. El; tom; ort. 9. Najas; mare. 10. Arco; péro. **Verticais** – 1. Voto; arena. 2. Unipolar. 3. Da; uval; JC. 4. Art; agatão. 5. Dar; os. 6. Desarmam. 7. As; moeu; me. 8. Apintar. 9. Taça; torro. 10. Eros; oste.



PARQUE NATURAL DE MONTESINHO

# UM MUSEU DA BIODIVERSIDADE

O Parque Natural de Montesinho é um dos espaços naturais mais fascinantes do nosso país, no interior do qual encontramos cerca de 90 aldeias com uma vida e uma característica do mais genuíno que poderemos conhecer.

Do Alto dos Montes vemos uma paisagem deslumbrante, de colinas arredondadas com uma exuberante vegetação, além de conter, também, uma grande diversidade de espécies raras e endémicas, típicas desta área, sendo que a fauna selvagem representa também uma riqueza única deste território, com destaque para o lobo, o veado vermelho e, claro, a profusão de javalis e uma infinidade de pássaros e aves de rapina.

Os pontos mais altos do parque são as serras de Coroa (1273 m) e de Montesinho (1486 m). Também existem vales sulcados por vários rios, que vale a pena conhecer, nomeadamente através de um passeio a pé ou de bicicleta (existem trilhos marcados), para admirar a paisagem, especialmente na Primavera e no Ou-

O Parque Natural de Montesinho, um dos maiores de Portugal e cujo ponto mais alto sobe aos 1486 metros, ocupa uma extensa área de mais de 74 mil hectares, situando-se na chamada Terra Fria Transmontana, no extremo nordeste do nosso país, entre os concelhos de Bragança e Vinhais.

tono, num percurso em que não faltam idílicas cascatas e praias fluviais, para uns refrescantes banhos depois das caminhadas. Quanto às saborosas especialidades da gastronomia local, genuína e ancestral, que ajudam a recompor os corpos e até a alma, sobressai a famosa Posta, os enchidos de porco bísaro, o delicioso cabrito do Montesinho ou a carne de javali da monta-

na, acompanhado de castanhas e doçarias feitas com o melhor mel de Portugal.

## O APELO DE CADA ESTAÇÃO

Os transmontanos, na sua gíria, dizem que têm nove meses de Inverno e três de Inferno, porque o clima característico apresenta invernos muito frios e ne-

vados, e verões quentes, embora aceitáveis.

A Primavera e o Outono são épocas amenas e, talvez por isso, as estações do ano mais aconselhadas para percorrer os caminhos infindáveis do Montesinho. É na Primavera que os rios, riachos e ribeiras transbordam de caudal e mostram o seu lado mais selvagem e pitoresco. E somos brindados com os montes

pintados de tons florais dos matos de esteva, giesta e urze. Campos agrícolas e lameiros, soutos, azinhais e carvalhais completam o mosaico de verdes intensos. As aldeias, muito genuínas, mantêm a arquitectura popular transmontana, feitas de blocos de granito, telhados de lousa e varandas projectadas em madeira resistente apresentando um aspecto que chega a emocionar. Dentre as cerca de 90 aldeias, e na impossibilidade de as visitar todas que bem mereciam, referiremos apenas Dine, Guadramil e Moimenta.

Já na Aldeia de Montesinho, que empresta o seu nome ao Parque Natural, as ruas calcetadas e bem tratadas conduzem-nos à Igreja, ao Núcleo Interpretativo do Parque e ao Museu, instalado numa casa típica transmontana, onde podemos conhecer a geologia, a etnografia e os usos e costumes da região. ■

## EMBRENHADOS NA NATUREZA

Um dos trilhos mais famosos do parque dá pelo nome do Porto Furado. A partir da Aldeia do Montesinho, sobe aos 1300 metros, através de lameiros, giestais e urzes do monte, e dá a conhecer o maravilhoso vale do Rio Sabor. Este percurso contorna a Barragem da Serra Serrada, que recebe as águas da ribeira das Andorinhas, e visita também a pequena represa e o canal do Porto Furado, que

os romanos usaram para a exploração do ouro. E no Castro Curisco recebemos uma aula de arte rupestre, onde sete rochas atestam a presença de civilizações antiquíssimas. E com sorte, ao longo deste percurso de 8 km, contaremos com a companhia de uma raposa matreira, um corço esquivo, um veado elegante ou avistaremos fugazmente um lobo ibérico.

# A FECHAR

# Lutar e conquistar, para o País avançar!

Celebraremos Abril com a convicção de que é pela defesa e aprofundamento dos seus valores que se alcançará o caminho que floriu em Maio, e que será possível construir um País mais desenvolvido, justo e soberano, que valorize o trabalho e os trabalhadores, combatendo a exploração, a precariedade, as desigualdades e as injustiças.

**25** de Abril de 1974. Sophia de Melo Breyner chamou-lhe o “dia inteiro e limpo”. Sim, este foi o dia que valeu por toda a vida. O dia da Liberdade, da Democracia, da Paz, que hoje e sempre temos de continuar a afirmar, sobretudo quando prossegue a tentativa de branqueamento do fascismo e do que ele representou de opressão e corrupção, e quando se assumem abertamente projectos reacçãoários e antidemocráticos. Este foi o dia das conquistas, posteriormente consagradas na Constituição da República Portuguesa, como o Poder Local De-



O STAL participa, desde sempre, nas comemorações de Abril

mocrático, o Serviço Nacional de Saúde e a Escola Pública, sem as quais teria sido ainda muito mais difícil enfrentar a pandemia, e

que, tal como o texto fundamental – que alguns ambicionam subverter –, são alvo de fortes ataques visando a sua destruição.

É neste contexto que celebraremos Abril, com a mesma confiança e determinação que festejaremos o 1.º de Maio, o Dia Internacional do Trabalhador, celebrando a luta vitoriosa dos operários de Chicago, e a que continua, pela valorização do trabalho e dos trabalhadores, combatendo a exploração, a precariedade, as desigualdades e injustiças e a ofensiva contra os direitos, hoje “embrulhada” no desenvolvimento científico e tecnológico. Este é ainda um tempo em que os trabalhadores empobrecem a trabalhar, realidade agravada com o brutal aumento do custo de vida, resultado do modelo de

baixos salários imposto por sucessivos governos do PS e do PSD, e de sucessivas alterações à legislação laboral que facilitaram a precariedade, embarateceram os despedimentos e reduziram direitos por via da caducidade da contratação colectiva.

Enfrentamos, hoje, um novo quadro político, marcado negativamente pela maioria absoluta do PS e pelo crescimento da direita liberal e da extrema-direita, que não só não resolve nenhum dos problemas (e são muitos) que atingem os trabalhadores, como coloca acrescidas ameaças, como revelam as declarações dos representantes do grande capital, desejosos que estão de abocanhar as funções sociais do Estado, acentuar a desvalorização dos salários e fragilizar, ainda mais, a legislação laboral.

É por tudo isto que teremos de estar preparados, não baixar os braços e estar disponíveis para a luta, para continuar a exigir direitos e para defender a democracia. Parafraseando Zeca Afonso, a luta é dura, mas mais dura é a razão que a sustém, pelo que continuaremos a bater-nos sem descanso pela melhoria das condições de trabalho e a elevação das condições de vida. ■



## RESUMO DA LUTA

**31 Março** | Manifestação Nacional de jovens trabalhadores.

**28 Março** | Greve dos trabalhadores da AMARSUL.

**15 Março** | Concentração dos trabalhadores das autarquias de Almada.

**9 Março** | Plenário de sindicatos da Administração Pública.

**8 Março** | STAL assinalou Dia Internacional da Mulher Trabalhadora com diversas iniciativas.

**25 Fevereiro** | Frente Comum denuncia as injustiças criadas com as novas tabelas de retenção do IRS.

**22 Fevereiro** | Greve e concentração em defesa da Educação em Almada.

**24 Janeiro** | STAL assina ACEP com a CM Barcelos.

**20 Janeiro** | Concentração de trabalhadores, dirigentes e activistas sindicais da AdP.

**27 Dezembro** | Greve dos trabalhadores da recolha de resíduos urbanos em Santarém.